

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A

CNPJ 10.769.660/0001-95

Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde

Cep: 57035-330 – Maceió/AL 82 3315.3468

b) Recurso destinado a empresas que apresentem projetos de inovação e Prestação de Serviços através da Agência na qualidade de Agente Financeiro do FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo (MTUR), intermediando as operações de financiamentos privados de capital fixo, compreendendo as obras civis para ampliação, modernização e reforma em bens, assim como capital de giro de empreendimentos de finalidade ou interesse do turismo nacional, abrangendo preferencialmente as micro, pequenas e médias empresas, legalmente constituídas e estabelecidas, que exerçam atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do setor.

Durante janeiro de 2025 a Agência encerrou seu contrato vigente até 10 de janeiro de 2025 junto ao Ministério do Turismo, conforme contrato administrativo 009/2019, desta forma devolvendo o saldo disponível para contratação após as devidas tratativas junto as operações em andamento. Deste modo, houve a devolução do montante de R\$ 6.206 mil na data de 13 de janeiro de 2025.

Em 23 de outubro de 2025 a Agência assinou um novo Contrato com o Ministério do Turismo, o nº do Contrato Administrativo é 004/2025, Processo Nº 72031.003391/2025-24 o valor total da contratação para esse novo instrumento foi de R\$ 9.060 mil que foi recebido em 29 de Outubro de 2025.

9. Outras Obrigações

	31/12/2025
Fecoeep (a)	743
Cobrança e Arrec.de Tributos	64
Fiscais e Previdenciárias (b)	326
Seguro Garantia Operação FAMPE	109
Diversas Obrigações	819
Provisão para Pagamentos (c.1)	581
Créditos Diversos (c.2)	103
Provisão para Contingência(c.1)	136
Totais Outras Obrigações	2.062
Circulante	1.216
Não circulante	845
Total	2.062

Nesse subgrupo apresentam-se as obrigações tributárias a recolher, obrigações e provisões junto a fornecedores e pessoal, fundos financeiros e de desenvolvimento – FECOEP e subvenção governamental, como exposto a seguir:

Estes valores são distribuídos da seguinte forma:

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento – FECOEP

É composto por recursos recebidos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FE-COEP, sendo este Fundo administrado pela SEFAZ/AL e tem por objetivo financiar empreendedores dos grupos de oportunidade local para o desenvolvimento e repasse às Cooperativas de Crédito e Associações para aplicação junto a beneficiários finais e reforço de suas carteiras de crédito.

	31/12/2025
Projeto	
ALAGOAS CIDADÃ	93
COOPMAIS	743
TOTAL FECOEP	743

O programa COOPMAIS – Programa de Financiamento a Cooperativas e Associações Produtivas, visa profissionalizar a gestão das cooperativas e associações de produção existentes e fomentar o investimento desses organismos produtivos no Estado para apoio aos negócios de pequeno porte, agricultura familiar e cooperativismo, além de promover a inclusão produtiva e as agroindústrias em Alagoas.

O Programa de Apoio à Capitalização de Cooperativas de Crédito e Organizações de Microcrédito de Alagoas – PROCAP, tem como objetivo fomentar a expansão e o fortalecimento institucional de organizações operadoras de microcrédito em Alagoas, mediante a seleção de propostas de apoio financeiro. Desta forma, as instituições contempladas poderão atender as comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sem acesso ao sistema financeiro formal.

Durante o mês de setembro de 2023 foi aprovado pelo Conselho Integrado de Políticas de Inclusão Social – CIPIS, a utilização do saldo do passivo da Agência referente ao FECOEP, para anistia total, parcial e renegociação das operações de crédito efetuadas anteriormente pela Agência que se encontravam em prejuízo. A autorização da anistia total, parcial e renegociação foi efetivada através do Decreto Estadual 93.927, de 09 de outubro de 2023.

Deste modo, o saldo residual do passivo da Agência referente ao FECOEP foi compensado com base na anistia das operações de créditos, provenientes do Fundo do qual encontravam-se em prejuízo, ocasionando a redução do passivo no montante total de 3.045 mil, referente ao total anistiado.

b) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre Serviços	31
Impostos e contribuições sobre Salários	251
Outros Impostos e Contribuições (PIS e COFINS)	44
TOTAL OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	326

c) Provisões

	31/12/2025
Provisão com pessoal e encargos	485
Provisão para pagamento a fornecedores	96
Provisão para contingências	136
TOTAL DE PROVISÕES	715

d) Créditos diversos

	31/12/2025
Adiantamento recebido de Garantias	14
Subvenção Governamental - Imobilizado	88
Subtotal	103

10. Provisões e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução BACEN nº 3.823/09).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes podem ser classificados em remoto, possível e provável. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de perda: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com a assessoria jurídica da agência consta o valor provável de R\$ 135 mil referente a valor de R\$ 1 mil remanescente de contingência regulatória que vem sendo pago durante o exercício, conforme nota 9 c), bem como R\$ 134 mil referente 2 processos de natureza cível. Adicionalmente, quanto a ações caracterizadas como prognóstico de perda possível com efeitos de divulgação figura 2 litígios cíveis com valor estimado de perda de R\$ 32 mil.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 80.414 mil, representado por 8.041 mil ações ordinárias nominativas, cada ação no valor de R\$ 10,00, assim compostas:

	31/12/2025	
	Valor	%
Governos do Estado de Alagoas	80.406	99,99%
Outros Acionistas - Setor Privado	8	0,01%
Total	80.414	100%

b) Resultado do Período

No final do exercício de 2025, a Instituição apresentou um prejuízo contábil líquido no valor de R\$ 6.325 mil, o que representa um prejuízo por lote de mil ações de R\$ 0,79.

Quanto a rubrica contábil de prejuízos acumulados no final do exercício de 2025, a agência apresentou saldo de R\$ 40.660 mil.

12. Operações de Crédito

As receitas provenientes das operações de créditos realizadas pela agência de fomento do estado de alagoas estão assim classificadas:

Operações de Crédito	31/12/2025
Rendas De Empréstimos	1.920
Rendas De Financiamentos	367
Rendas De Finan. C/ Interveniência	380
Total	2.666

13. Rendas de Títulos e Valores Mobiliários

Receitas reconhecidas mediante rentabilidade das contas bancárias de aplicações da desenvolve, estão apresentadas da seguinte forma:

Rendas de Títulos e Val. Mobiliários	31/12/2025
Rendas de Títulos De Renda	685
Rendas de Apic. Em Fundo De Invest.	3.566
Total	4.251

14. Reversão / (Provisão) para Operação de Crédito

O saldo apresentado para as reversões/provisões de créditos no exercício de 2025 está composto da seguinte forma:

Reversão / (Provisão) para Operação de Crédito	31/12/2025
Reversão de Provisões Operacionais	1.173
Reversão de Provisões Operacionais - SEFAZ (a)	1.612
Provisões P/Operações de Crédito - SEFAZ	(2.143)
Provisões P/Operações de Crédito	(2.666)
Total	(2.024)

(a) Parte do valor reconhecido anteriormente como perda referente as parcelas e os juros devidos da SEFAZ, foi revertido no período devido a negociação junto ao Tesouro Estadual, no qual foi repassado 10% de entrada em maio/2024, e o montante residual será repassado em 12 parcelas de R\$ 1.611 mil. Vale salientar que no exercício de 2025 a Agência recebeu R\$ 3.223 mil, pagos pela SEFAZ/AL, referentes a 4ª e 5ª parcelas da linha de crédito Pró-renda, que inclusive, já foram baixadas como prejuízo, esse montante foi reconhecido no resultado na conta de reversão das provisões.

15. Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Instituição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostas:

a) Despesas com Honorários

Os valores são apresentados a seguir:

	31/12/2025
Despesas com Honorários	1.091
Conselho Fiscal	72
Conselho de Administração	355
Diretoria	664

b) Despesas com Pessoal

Os valores são apresentados a seguir:

	31/12/2025
Despesas com Pessoal	6.810
Benefícios	665
Encargos Sociais	1.564
Proventos	4.022
Treinamento	18
Estagiários	73
Despesas com Provisões	469

16. Despesas administrativas

As despesas administrativas da Instituição, no exercício findo em 31de dezembro de 2025, estavam assim compostas:

Despesas Administrativas	31/12/2025
Despesas Energia, Água e Gás	124
Despesas de Aluguéis	606
Despesas Comunicações	36
Despesas Manutenção e Conservação de Bens	95
Despesas de Materiais	59
Despesas de Processamento de dados	731
Despesa com Propaganda e Publicidade	874
Despesa de Publicações	133
Despesas de Seguros	2
Despesas de Serv. Do Sistema Financeiro	263
Desp. c/ Serviços de Terceiros	322
Despesa de Serviços de Vigilância	8
Despesa com Serviços Técnicos Especializados	158
Despesas de Transportes	217
Despesas de Viagem no País	161
Outras Despesas Administrativas	940
Total	4.729

17. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	31/12/2025
COFINS	311
PIS/PASEP	51
Atualização Monetária de Impostos	32
Outras Despesas Tributárias	51
Total	446

18. Outras receitas / (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, as outras receitas e despesas operacionais estavam representadas da seguinte forma:

	31/12/2025
Outras Receitas Operacionais	1.833
Recuperação de Créditos baixados como prejuízo	687
Outras Receitas Operacionais	789
Reversão de Provisões Passivas - Contingências	358
Outras Despesas Operacionais	298
Descontos Concedidos	288
Outras	10
Total	1.535

19. Receitas e Despesas Não-Operacionais

Outras Receitas não Operacionais	31/12/2025
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	-
Atualização monetária valores a compensar	38
Total	38

20. Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Agência de Fomento de Alagoas S/A definiu sua política de Gerenciamento de Capital com o objetivo de monitorar e controlar o seu capital, mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Agência.

21. Gerenciamento de Riscos

Em 2025, as ações de gerenciamento de riscos estiveram voltadas, principalmente, para a atualização/elaboração dos procedimentos internos da Agência. Além disso, as políticas de riscos foram desmembradas e atualmente cada risco tem sua política de forma separada. Estas já foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Agência.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A, segue adotando medidas visando o atendimento aos normativos editados pelo BACEN (CMN), e que são aderentes à Agência, com melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das opera-

ções, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

22. Transações com Partes Relacionadas

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Agência manteve como principais transações com o Estado os registros efetuados decorrentes da Lei Estadual 8.467 de 14 de julho de 2021, referentes as operações PRO RENDA, sua respectiva negociação, bem como o recebimento de uma parcela durante 2025.

23. Outras Informações

a) Seguro

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.

b) Empréstimos ou Adiantamentos

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Agência de Fomento de Alagoas S/A empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

Diretoria Executiva em 18 de março de 2026

Michael Pereira de Barros
Diretor de Operações

Antônio Tenório Cavalcante Neto
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Brasil Barreto
Diretor Presidente

Caroline Albuquerque Toledo
Diretora de Desenvolvimento e Projetos

Marcio Teodoro de Lima Santos
Contador – CRC AL-005297/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A – DESENVOLVE
Maceió/AL

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE (“Agência”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme Nota Explicativa nº 5, a Agência apresenta registrado no seu ativo a título de “Operações de Crédito” o montante de R\$ 21976 mil. Deste total, cerca de R\$ 1.372 mil é referente a operações liberadas da linha pro-renda, em observância a Lei Estadual nº 8.467 de 14 de julho de 2021, em que autorizou o Governo do Estado de Alagoas (Acionista Majoritário) arcar com o total dos juros das operações e adicionalmente a amortização de 50% (cinquenta por cento) do principal dos empréstimos tomados por clientes Micro Empreendedores Individuais “MEI” e contribuintes do “SIMPLES”. Contudo, não foram apresentados controles e conciliação dos saldos de forma segregada para os ativos financeiros de responsabilidade dos clientes tomadores do crédito e a contrapartida do Governo do Estado de Alagoas e suas respectivas baixas e recebimentos, prejudicando a classificação dos ativos e identificação de ativos com problemas de recuperação. Em decorrência dessas limitações, não temos como opinar sobre a recuperabilidade do ativo no montante de R\$ 1.372 mil, sua classificação contábil apropriada, a suficiência da provisão constituída e os efeitos potenciais no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASE

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

Chamamos a atenção para a Nota 21 às demonstrações financeiras, que indica que a Agência incorreu prejuízo de R\$ 6.324 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e apresenta prejuízo acumulado de R\$ 40.660 mil. Conforme apresentado na Nota 21, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Agência, necessitando de planejamento econômico e financeiro, repasse de valores e/ou aporte de recursos originados do seu acionista majoritário o Governo do Estado de Alagoas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

INFORMAÇÕES COMPARATIVAS

Chamamos atenção para a nota explicativa 3, que descreve que as demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. No qual houve a dispensa da apresentação das demonstrações financeiras comparativas em relação a exercícios anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

